

# Vou aprender a ler o inconsciente para ensinar meus camaradas: por que uma Comissão de Relações Étnico-raciais, Diversidade e Equidade em nossa Federação?<sup>1</sup>

---

Elisa Cunha, Francina Evaristo de Sousa, Lulu Barbosa de Oliveira, Michele Donizete Ferreira Borges e Vera Edington

## Resumo

O presente artigo destaca a importância da psicanálise em sociedades racializadas e como o racismo estrutural está presente em todos os aspectos da vida cotidiana. Enfatiza a necessidade de debater questões relacionadas com o acesso à psicanálise, a formação de analistas e as políticas afirmativas. Menciona a importância de ampliar as margens e dar voz às pessoas que desejam se envolver com a psicanálise, independentemente de suas circunstâncias socioeconômicas. A discussão sobre a criação da comissão e seus objetivos reflete a busca de uma psicanálise mais inclusiva e atenta às questões étnico-raciais em um contexto em que o racismo estrutural é uma realidade persistente. Concluindo com uma chamada à ação, destaca a responsabilidade da comunidade analítica de enfrentar essas questões e promover uma psicanálise mais acessível e diversificada.

## Palavras-chave:

Étnico-racial; Diversidade; Equidade.

---

<sup>1</sup> Texto apresentado pela Comissão na XII Jornada do FCL-BH em setembro de 2022 e na Jornada do FCL-SSA em novembro de 2022. O título de nosso trabalho, "Vou aprender a ler o inconsciente para ensinar meus camaradas", diz respeito à canção *Yaya maseмба*, de Roberto Mendes e Capinan. Essa canção se inicia nos porões de um navio negreiro e termina com um grito de resistência e esperança de quem vai aprender a ler pra ensinar seus camaradas. Nosso título, que nos lembra que é só aprendendo a ler, em análise, o próprio inconsciente que se pode transmitir, contagiar outros com a peste que nos cabe manter viva e virulenta em nossa civilização, diz respeito à ampliação de margens sem perder o eixo, que é o discurso analítico.

## **I will learn to read the unconscious to teach my comrades: why a Commission on Ethnic-racial Relations, Diversity, and Equity in our Federation?**

### **Abstract**

The present article highlights the importance of psychoanalysis in racialized societies and how structural racism permeates all aspects of everyday life. It emphasizes the need to debate issues related to access to psychoanalysis, analyst training, and affirmative policies. It mentions the importance of expanding boundaries and giving a voice to people who want to engage with psychoanalysis, regardless of their socioeconomic circumstances. The discussion about the creation of the committee and its objectives reflects the quest for a more inclusive psychoanalysis that is attentive to ethnic and racial issues in a context where structural racism is a persistent reality. Concluding with a call to action, it underscores the responsibility of the analytic community in addressing these issues and promoting a more accessible and diverse psychoanalysis.

### **Keywords:**

Ethnic-racial; Diversity; Equity.

## **Aprenderé a leer el inconsciente para enseñar a mis camaradas: ¿por qué una Comisión de Relaciones Étnico-raciales, Diversidad y Equidad en nuestra Federación?**

### **Resumen**

El presente artículo destaca la importancia del psicoanálisis en sociedades racializadas y cómo el racismo estructural está presente en todos los aspectos de la vida cotidiana. Enfatiza la necesidad de debatir cuestiones relacionadas con el acceso al psicoanálisis, la formación de analistas y políticas afirmativas. Menciona la importancia de ampliar los límites y dar voz a las personas que desean involucrarse con el psicoanálisis, independientemente de sus circunstancias socioeconómicas. La discusión sobre la creación del comité y sus objetivos refleja la búsqueda de un psicoanálisis más inclusivo y atento a las cuestiones étnicas y raciales en un contexto en el que el racismo estructural es una realidad persistente. Concluye con un llamado a la acción, destacando la responsabilidad de la comunidad analítica en abordar estos problemas y promover un psicoanálisis más accesible y diverso.

### **Palabras clave:**

Étnico-racial; Diversidad; Equidad.

## **J'apprendrai à lire l'inconscient pour enseigner à mes camarades : pourquoi une Commission des Relations Ethniques-raciales, de la Diversité et de l'Équité dans notre Fédération ?**

### **Résumé**

L'article présent met en lumière l'importance de la psychanalyse dans les sociétés racialisées et comment le racisme structurel imprègne tous les aspects de la vie quotidienne. Il souligne la nécessité de débattre des questions liées à l'accès à la psychanalyse, à la formation des analystes et aux politiques affirmatives. Il mentionne l'importance d'élargir les frontières et de donner la parole aux personnes qui souhaitent s'engager dans la psychanalyse, quelles que soient leurs circonstances socio-économiques. La discussion sur la création du comité et ses objectifs reflète la quête d'une psychanalyse plus inclusive et attentive aux questions ethniques et raciales dans un contexte où le racisme structurel est une réalité persistante. En conclusion, un appel à l'action est lancé, soulignant la responsabilité de la communauté analytique dans la prise en compte de ces questions et la promotion d'une psychanalyse plus accessible et diversifiée.

### **Mots-clés :**

Ethnique-racial ; Diversité ; Équité.

Esta comissão foi constituída a partir dos pontos levantados, discutidos e propostos na última Assembleia Geral Ordinária da Federação dos Fóruns do Campo Lacaniano – Brasil, realizada no dia 11 de setembro de 2021, item 14º da pauta: proposta de isenção de taxas para eventos, cursos e atividades no âmbito da EPFCL-Brasil em que vários dos presentes sugerem a criação de um grupo/comissão para pensar sobre o assunto.

A partir da constituição desta comissão, nos encontramos quinzenalmente, para colocar na mesa a trilha percorrida por cada uma de nós até ali. E decidimos por nos constituir como um cartel em torno dos significantes que nomeiam esta comissão: relações étnico-raciais, diversidade, equidade. Inicialmente, entendemos que seria fundamental estudarmos e trocarmos ideias entre nós sobre como estávamos entendendo a tarefa a cumprir nesta comissão e na interface com os colegas da Federação EPFCL-Brasil. Estava no horizonte discutirmos os princípios que sustentariam uma política de reserva de vagas para o XXII ENEPFCL-BR e, por conseguinte, a elaboração de uma proposta para contribuir com a comissão de organização do Encontro Nacional. Mas não apenas isso. Entretanto, antes de seguirmos, foi fundamental extrairmos de nossas primeiras discussões o que

chamamos de apresentação-manifesto de nossa comissão, trazendo-o a público (no sítio eletrônico da EPFCL-Brasil), inclusive, como um modo de convidar os colegas de nossa federação a dialogarem conosco.

Sigamos com a pergunta de Lacan que anima nosso trabalho: “como responderemos, nós, os psicanalistas: à segregação trazida à ordem do dia por uma subversão sem precedentes” (Lacan, 1967/2003, p. 361), questão posta aos psicanalistas presentes no colóquio organizado por Maud Mannoni sobre as psicoses da criança. Aliás, talvez seja importante situar esse “momento de uma grande reviravolta no âmago de sua própria Escola” (Fingermann, 2016, p. 33). Lacan apresentou sua Proposição 15 dias antes desse discurso de encerramento ao colóquio e, mais ou menos 15 dias depois, proferiu seu *Pequeno discurso aos psiquiatras*. Nessa ocasião, Lacan insiste em sua convocação a que despertem, tal como havia feito n’*Alocução sobre as psicoses da criança*, uma vez que, como psiquiatras, poderiam ter algo a dizer/fazer sobre os efeitos de segregação e, por conseguinte, sobre a ascensão da repartição humana, em nível planetário.

Vale situar que, entre os anos 1967 e 1970, Lacan desenvolveu as questões acerca da segregação articulada à emergência e à dominação do discurso da ciência, “no entrecruzamento de três problemáticas: o laço social e o político, a instituição analítica e o passe, e, enfim, o discurso da ciência e a forclusão do sexo e do amor” (Askofaré, 2009, p. 346). Essa afirmação de Askofaré coloca em jogo a dimensão da psicanálise em extensão, que convoca o psicanalista também para a pólis, não apenas para a clínica. Como disse Maria Helena Martinho em seu prelúdio para o ENEPFCL passado:

(...) o psicanalista tem muito a dizer, ele tem ferramentas para fazer existir a psicanálise na pólis, fazer com que a psicanálise tenha uma função no mundo, sustentando a psicanálise em extensão, promovendo a transmissão da psicanálise, na discussão sobre as questões cruciais que assolam a humanidade, e assegurando a sua posição anti-totalitarista, antirracista, anti-eugenista, antissegacionista. O psicanalista transita na clínica e na pólis, tal qual faz uma formiguinha quando passa de um lado ao outro em uma banda de *Moebius*. (Martinho, 2020)

Na Abertura das Atividades do Fórum do Campo Lacaniano do Rio de Janeiro, em março deste ano, em sua conferência “Psicanálise ou racismo”, Sidi Askofaré nos lembra que o nascimento da psicanálise se deu em sociedades racialmente homogêneas:

O que quer dizer, no mínimo, que a questão do Outro, a questão da alteridade, que é colocada no seu âmago, apresentou-se a ela, (à psicanálise), sob figuras diferentes da raça. Principalmente, sob a forma da alteridade con-

fissional (de diferentes religiões), da alteridade linguística (de línguas diferentes), da alteridade social (de classes sociais diferenciadas), da alteridade sexual (a entender como a sexuação e sexualidades). (Askofaré, 2022)

E ele segue com a pergunta: “o que se torna a psicanálise em sociedades racializadas, mesmo em sociedades racistas?”. É uma questão interessante, vocês não acham? Como Sidi nos alerta:

Questão difícilima, e mesmo considerável, à qual é impossível respondermos diretamente sem passarmos por uma série de requisitos como os do encontro da psicanálise com a questão racial e racista, portanto com a questão da colonização (da dominação colonialista), com a questão da sociologia da psicanálise, com a questão econômica (quem pode “pagar” por uma psicanálise?), a questão das condições culturais do acesso à psicanálise, a questão dos modos de propagação do discurso psicanalítico e, em última análise, *in fine*, a questão da formação dos analistas. (Askofaré, 2022)

Considerando que “o racismo está no fundamento de nossa nação e persiste na estrutura e funcionamento de nossas instituições, perpassa as nossas relações, está presente nos elementos mais ínfimos do cotidiano, presente em nossa subjetividade, é transmitido geração após geração” (Sousa, 2021), em um país que cotidianamente reitera a frase da escritora Conceição Evaristo, quando enuncia “Eles combinaram de nos matar, a gente combinamos de não morrer” (Evaristo, 2016, p. 99), enfim, por que não fazemos nossa a questão proposta por Sidi: “o que se torna a psicanálise em sociedades racializadas, mesmo em sociedades racistas?” (Askofaré, 2022).

Silvio Almeida nos fala de racismo estrutural, e nós podemos dizer que, sob o manto mítico da democracia racial, que não temos, encontra-se o racismo inconsciente, aquele que nos constitui. “Herança que é mal-dita, que nos cabe fazer falar” (Quinet, 2022).

O discurso racista torna o outro não apenas objeto de gozo, mas o reduz a abjeto. Nas palavras de Sidi, “o racismo faz a alteridade passar do regime de estranhamento ao do heterogêneo, portanto do inassimilável” (Askofaré, 2022).

Ainda com Sidi, “se a psicanálise pode não interessar ao racismo e aos racistas, a psicanálise não pode ficar indiferente ao racismo, mesmo que seja indiferente à raça como tal” (Askofaré, 2022). Nesse sentido, indagamo-nos quanto à urgência em dar visibilidade e tratamento simbólico às questões que uma sociedade racista como a nossa insiste em velar, seja no âmbito clínico, no impacto do racismo na constituição subjetiva de cada sujeito e, por conseguinte, nas relações com os outros, seja em nossa comunidade de trabalho, na medida em que parece não causar

estranhamento o quanto nossos colegas que, se ím-pares em sua afirmação do singular do *sinthoma* de cada um, são pares, dada a quase ausência da diversidade que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos revela como sociedade. Ímpares entre iguais?

Pensamos que é importante discutir, debater essas questões entre nossa comunidade analítica, propor estratégias cujo sentido seja de ampliar as margens, não sem estarmos advertidos de que na clínica, com cada paciente, seja qual for, “mais vale não compreender” (Lacan, 1958/1998, p. 621), pois é para o horizonte desabitado do ser que se orienta “o dedo de São João” do analista em sua interpretação, essa é sua política (Lacan, 1958/1998, p. 648).

Muito significativo que, neste momento em que a Lei de Cotas (Brasil, 2012), que torna a política de reserva de vagas obrigatória em universidades federais, completa dez anos, topemos sustentar uma discussão quanto à importância de elaborarmos ações que contribuam para a mudança do perfil demográfico de participantes e mesmo de membros de nossa Federação.

Talvez nos interesse lembrar que, por ocasião das discussões anteriores à aprovação dessa lei, teve ampla divulgação um manifesto de intelectuais, acadêmicos, artistas e, inclusive, psicanalistas contrários a ela sob a alegação de que:

Se forem aprovados, a nação brasileira passará a definir os direitos das pessoas com base na tonalidade da sua pele, pela “raça”. A história já condenou dolorosamente estas tentativas. (...) Políticas dirigidas a grupos “raciais” estanques em nome da justiça social não eliminam o racismo e podem até mesmo produzir o efeito contrário, dando respaldo legal ao conceito de raça, e possibilitando o acirramento do conflito e da intolerância. (Folha de S.Paulo, 2006).

Entre as alegações para que a lei não fosse aprovada, consta o suposto preceito de “igualdade de todos perante a lei”, igualdade que, sabemos, nunca existiu para todos, e essa lei não se baseava na lógica da igualdade, mas, sim, na equidade de direitos com objetivo de reparação histórica.

Por ocasião da mesa “Por que cotas?”, organizada pela comissão DiverCidades do Fórum de São Paulo neste ano, Raul Pacheco destaca que as cotas não levaram apenas pessoas, mas também ideias que não chegariam à universidade se não fosse a instituição de uma política de cotas. Como também afirma Grada Kilomba, em seu prefácio ao livro de Frantz Fanon: “Só uma política de cotas é que pode tornar o ausente existente.”

Seria possível afirmar que essa discussão é tributária/é consequência das ações afirmativas em andamento? Se tomarmos como verdadeira a afirmação de que, muito frequentemente, um primeiro contato com a psicanálise acontece em am-

biente universitário, então o acesso às universidades, espaço antes, de certo modo, “reservado”, franqueou também o desejo de acesso à formação psicanalítica.

O quanto o processo histórico social impossibilita que alguns se pensem e se projetem nesse lugar de analista é uma questão para nós. Que eles se pensem, se sonhem nesse lugar. Eu não posso me sonhar aí. A questão é esta: até que ponto alguém pode se sonhar, se projetar analista? O desejo de analista frequentemente advém em um sujeito que desejou, com todos os equívocos que isso implica, ser psicanalista, não? Sabemos que a formação não se orienta pelo desejo de ser psicanalista, mas esse imaginário pode ser fundamental para que o sujeito suporte a própria análise até que esse desejo singular de analista lhe advenha.

A escritora Conceição Evaristo nos faz escutar algo sobre isso com seu *Ponciá Vicêncio*:

Em tempos outros, havia sonhado tanto! Quando mais nova, sonhara até um outro nome para si. Não gostava daquele que lhe deram. (...) A vida escrava continuava até os dias de hoje. Sim, ela era escrava também. Escrava de uma condição de vida que se repetia. Escrava do desespero, da falta de esperança, da impossibilidade de travar novas batalhas, de organizar novos quilombos, de inventar outra e nova vida. (Evaristo, 2017, pp. 71-72)

Enfim, parece-nos que, além do desejo decidido, talvez mesmo anterior a seu advento, há outras condições necessárias, certamente não suficientes, sabemos, para que alguém possa se autorizar a adentrar esse campo de estudos e formação.

Abrir esse debate é semear terreno para que, aos poucos, nossa comunidade possa colher algumas ideias e práticas interessantes para, em ato, nos movimentarmos a partir da divisão subjetiva (e a divisão entre os ímpares disparatados, por que não dizer) que essas questões nos impõem. Diz respeito a ampliar as margens não só para quem precisa. É posição política, com potência de tocar algumas pessoas que não farão uso das eventuais políticas afirmativas, mas que possam chegar transferidas com a posição política de nossa Federação. Gostam de estar em lugares que pensam essas questões. Afinal, qual é nossa responsabilidade na formação dos jovens analistas? A mercantilização da oferta de formação tem capturado pessoas que, de modo equivocado, se dirigem a essas formações “*fast food*”. Mas e aqueles cujo desejo decidido é dirigido à psicanálise, e não conseguem pagar pela formação? Restarão restritos às atividades gratuitas e aos cartéis (Cunha, 2022)?

Em uma entrevista na revista *Stylus*, Maria Anita Carneiro Ribeiro (Furtado, 2013) nos lembra de uma experiência muito significativa, que pode nos ajudar em nossas reflexões sobre acesso, permanência e mobilidade. Ou talvez as reflexões sejam em direção ao modo como nos colocamos, esperando que quem queira nos

alcance, sem que isso nos demande um movimento nosso também em direções diversas. Diante da questão a ela endereçada, sobre por que não existia nenhum movimento psicanalítico, muito menos psicanalítico lacaniano, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, Maria Anita conta que levou a questão ao colegiado da instituição a que pertencia à época e decidiu deslocar-se quinzenalmente, por quatro ou cinco anos, para a Baixada, a fim de sustentar um seminário de psicanálise lá, a despeito dos risos e de certa interrogação de alguns colegas. Entretanto, enlaçou outros, contagiados em seus “torvelinhos de desejo” (Battista, 2019).

Esse deslocamento territorial parece dizer de uma abertura, uma a-posta, um passo da analista, que, segundo ela mesma, funda algo que faz com que ela afirme, em 2013, ou seja, pouco mais de uma década depois, que “Nova Iguaçu é um centro de Psicanálise Lacaniana, com psicanalistas de primeira” (Furtado, 2013, p. 149)!

Pensamos que essa passagem de Maria Anita toca no que afirmamos ao final de nossa apresentação. Esta comissão “pretende-se como organismo de reflexão e ação para, junto aos Fóruns federados à EPFCL-Brasil, ampliar margens, fazer com que estas possam tocar ao menos alguns dos excluídos, aqueles que desejem se infectar pela peste da psicanálise”.<sup>2</sup>

## Referências bibliográficas

- Askofaré, S. (2009). Aspectos da segregação. *A Peste*, São Paulo: Educ, 1(2), 345-354.
- Askofaré, S. (2022). Psicanálise ou racismo. In *Jornadas de abertura*. Rio de Janeiro: Fórum do Campo Lacaniano. No prelo.
- Battista, J. (2019). Quefazeres do real. *Wunsch: que alegria encontramos nós naquilo que constitui nosso trabalho?* Rio de Janeiro: Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano, (19), 14-17.
- Brasil (2012). Lei nº 12.711. Brasília, DF. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)
- Cunha, E. (2022). Transmissão oral. *Reunião Comissão de Relações Étnico-raciais, Diversidade e Equidade*.
- Evaristo, C. (2016). *Olhos d'água* (1a ed.). Rio de Janeiro: Pallas.
- Evaristo, C. (2017). *Ponciá Vicêncio* (3a ed.). Rio de Janeiro: Pallas.
- Fingermann, D. (2016). A formação do psicanalista: a psicanálise pura. In D. Fingermann. *A (de)formação do psicanalista* (pp. 31-62). São Paulo: Escuta.
- Folha de S.Paulo (2006). Manifesto “contra” alerta para acirramento de tensão. São Paulo.
- Furtado, L. A. R. (2013). Entrevista com Maria Anita Carneiro Ribeiro. *Stylus: o que responde o psicanalista? Ética e clínica I*. Rio de Janeiro: Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano, (26), 141-152.

---

<sup>2</sup> Recuperado de <https://www.campolacaniano.com.br/wp-content/uploads/2023/07/Manifesto.pdf>

- Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan. *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1958)
- Lacan, J. (2003). Alocução sobre as psicoses da criança. In J. Lacan. *Outros escritos* (pp. 359-368). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1967)
- Martinho, H. (2020). O que responde o psicanalista diante da urgência pandêmica e política? In *Prelúdio X*. XXI Encontro Nacional da EPFCL-BR. Recuperado de <https://www.campolacaniano.com.br/2020-preludio-10/>
- Quinet, A. (2022). Psicanálise ou racismo. In *Jornadas de abertura*. Rio de Janeiro: Fórum do Campo Lacaniano. No prelo.
- Sousa, F. (2021). *Da clínica à polis: que dizer sobre o racismo*. Salvador: Fórum do Campo Lacaniano.

**Recebido:** 01/06/2023

**Aprovado:** 15/06/2023